

**RELATÓRIO DO PROJETO DA
DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 1 | 4

Aquisição de Serviços: **A.C.R.C. / OBRAS – ESTUDO GEOLÓGICO, INSTRUMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO NO CEMITÉRIO DA CARVOEIRA**

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

(Art.º 125 do CCP)

1. INTRODUÇÃO

Na formulação da decisão administrativa de autorizar a contratação e a despesa, de acordo com o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara datado de **03/07/2017**, entre as decisões tomadas consta a decisão de convidar uma única entidade. Nos termos do n.º 1 do art.º 67 e do n.º 1 do art.º 125 do Código dos Contratos Públicos [CCP], anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro na sua redação atual, a instrução do procedimento pré-contratual pode ser assegurada não por um Júri, mas diretamente pelos serviços da entidade adjudicante, sendo da sua competência, pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada e submeter o Projeto da Decisão de Adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

De acordo com o n.º 2 do art.º 125 do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração de relatório preliminar e final, porém o concorrente pode ser convidado a melhorar a sua proposta. Face aos preços apresentados estarem em conformidade com o previsto, o órgão competente para a decisão de contratar dispensou o convite à melhoria da proposta.

Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no art.º 67 e 125 do CCP, procedeu-se à análise da proposta e à elaboração do projeto da decisão de adjudicação, de que resulta o presente relatório:

Ref.ª do procedimento: 10/2017

Data da Decisão de Contratar: 03/07/2017

Fase Preliminar: Informação Técnica n.º 2611/2017, datada de 08/05/2017

Deliberação: Despacho de 03/07/2017

Órgão Competente: Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal

No seguimento da informação para início do procedimento do Sr. Eng.º Pedro Costa, datada de 8 de Maio de 2017, anexa a este processo e proposta da Chefe de Divisão, Sr.ª Eng.ª Isilda Duarte, relativamente à aquisição de serviços "A.C.R.C. / Obras – Estudo Geológico, Instrumentação e Monitorização no Cemitério da Carvoeira", processo MyDoc n.º 2017/300.10.005/105, com informação de cabimento datada de 22/05/2017 tomo as seguintes decisões:

Decisão de Contratar: Não existindo meios humanos disponíveis para a execução dos serviços,

AJUSTE DIRETO | **A.C.R.C. / OBRAS – ESTUDO GEOLÓGICO, INSTRUMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO NO CEMITÉRIO DA CARVOEIRA**



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506857957

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 2 | 4

tomo a decisão de contratar, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder 12.780,00 €.

Decisão de autorizar a despesa: No uso da competência própria, para autorizar a realização contratual da despesa prevista na alínea a), do n.º 1, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que pode ir até 149.639,00 €, autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, uma vez que o preço contratual não deverá exceder 12.780,00 €.

Decisão de aprovação das peças do procedimento adotado: Aprovo as peças do procedimento, Convite e Caderno de Encargos, conforme previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

Decisão de escolha do procedimento: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do artigo 20.º do CCP, adote-se o procedimento de ajuste direto.

Decisão de designação do Júri: Dispensa.

Decisão da Abertura do procedimento: Abra-se o procedimento disponibilizando-o às entidades convidadas através da Plataforma Eletrónica Vortalgov.

Decisão das entidades a convidar: Deverá ser convidada a entidade AÇORGEIO – Sociedade de Estudos Geotécnicos, Lda., NPC 512 103 380, com sede na Rua 1.º Barão da Fonte Bela, n.º 92, 9600-059 Ribeira Grande.

Das entidades convidadas a apresentar proposta, os Serviços deverão verificar se o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP.

Objeto da contratação:

Realização da prestação de serviços "A.C.R.C. / Obras – Estudo Geológico, Instrumentação e Monitorização no Cemitério da Carvoeira".

O procedimento de **Ajuste Direto**, foi conduzido pelo disposto no Capítulo I, do Título III, da Parte II do CCP, formalizado integralmente na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública VORTALgov, no sítio <http://portugal.vortal.biz>, tendo o procedimento a ref.ª DGPUOP_AS.EG_10/2017.

Nos termos do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante proceder à análise e avaliação da proposta. A tarefa de análise é prévia à de avaliação e é feita em absoluto para cada proposta: - trata-se de verificar se a mesma dispõe das condições para ser admitida e em caso afirmativo, objeto de avaliação.

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 3 | 4

A entidade convidada a apresentar proposta foi a seguinte:

AÇORGEO – Sociedade de Estudos Geotécnicos, Lda.

A data limite para apresentação das propostas, **13/07/2017** pelas **16h00**, foi definida na plataforma eletrónica e peças do procedimento. A entidade convidada concretizou a sua participação no procedimento de contratação, utilizando a plataforma eletrónica, adquirindo de acordo com o art.º 53 do CCP a denominação de **Concorrente**:

- Tabela I. -

N.º	Concorrente	Preço Base	Preço da Proposta
1	AÇORGEO – Sociedade de Estudos Geotécnicos, Lda.	12.780,00 €	12.780,00 €

De acordo com o n.º 2 do art.º 125 do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração de relatório preliminar e final.

2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO

As razões que, nos termos do CCP, podem levar à não admissão de uma proposta em ajuste direto estão previstas no n.º 2 do art.º 122 que por sua vez remete para o art.º 146, n.º 2 e 3 - específico do concurso público - aplicável com as necessárias adaptações, e o art.º 70, n.º 2 - aplicável a todos os procedimentos.

Da análise efetuada, os serviços da entidade adjudicante concluíram que o concorrente apresentou os documentos solicitados no n.º 7 do Convite de acordo com todos os pressupostos do mesmo e, suprimiu as exigências regulamentares aplicáveis, considerando-se a proposta **admitido**.

Mais se informa que não existiu a necessidade de corrigir o preço contratual proposto tendo em conta a lista de preços unitários (preços unitários mais decompostos) apresentada na plataforma eletrónica (de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 60 do CCP).

Das considerações supra referidas resulta a tabela que de seguida se apresenta, onde se inclui o preço contratual proposto para os trabalhos inicialmente concursados, valores sem IVA, bem como a proposta dos serviços da entidade adjudicante relativa a admissão da proposta:

- Tabela II. -

N.º	Concorrente	Preço MQT Inicial	Preço Erros e Omissões	Preço Proposto	Conclusão
1	AÇORGEO – Sociedade de Estudos Geotécnicos, Lda.	12.780,00 €	---	12.780,00 €	Admitida

AJUSTE DIRETO | A.C.R.C. / OBRAS – ESTUDO GEOLÓGICO, INSTRUMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO NO CEMITÉRIO DA CARVOEIRA



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF
506657957

**RELATÓRIO DO PROJETO DA
DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 4 | 4

Da avaliação efetuada, conclui-se que a proposta foi instruída com os elementos mínimos exigidos e no cumprimento das peças do procedimento, não requerendo qualquer pedido de esclarecimentos, estando em condições de ser submetida ao órgão competente para a decisão de contratar para os devidos efeitos.

3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, propõe-se a adjudicação ao concorrente **AÇORGEIO – Sociedade de Estudos Geotécnicos, Lda.**, pela quantia de 12.780,00 € (doze mil, setecentos e oitenta euros), à qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.

O contrato a celebrar relativo à aquisição de serviços manter-se-á em vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Mais se informa, no âmbito do art.º 127 do CCP, que o contrato a celebrar só será eficaz após a sua publicitação pela entidade adjudicante no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cumprida a tramitação aplicável ao procedimento, submete-se o presente **Projeto da Decisão de Adjudicação** juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de adjudicação, no cumprimento do disposto no art.º 125 do CCP. Em simultâneo deverá ser **aprovada a minuta do contrato**, no cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 98 do CCP.

Penacova, 14 de julho de 2017

Pedro Nuno Rodrigues Costa

Técnico Superior

321